

## **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E DOZE**

-----Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, com a presença do Presidente da Mesa – Laurentino Dias, o Primeiro Secretário – Raul Cunha, e da Segunda Secretária – Sílvia Soares. Verificada a existência de quórum foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Foram anunciados os seguintes pedidos: de substituição, *para o dia vinte e nove*, Maria Leonor Pereira Oliveira Castro, eleita pela CDU; *pele período de 20 dias*, Isabel Maria Oliveira Gonçalves, José Carlos Leite Pereira da Silva, João Manuel Vieira Mendes, Arlindo Gil Ribeiro Gonçalves, José Pedro Oliveira Caldeira, Carlos José Santos Cunha, João Pedro Marques e Castro, e Alexandra Pereira Gonçalves, todos eleitos pelo Partido Socialista (PS); *de vinte e seis de Junho e três de Julho*, Simão Cunha Ribeiro de Freitas; *de vinte e oito de Junho a dois de Julho*, Luís Duarte Azevedo Lopes Costa Leite; *de vinte e seis de Junho a cinco de Julho*, Aníbal Marinho Cruz; *de vinte e oito de Junho a trinta de Julho*, Alexandra Carina Fernandes Vaz Nogueira, e *de vinte e oito de Junho a cinco de Julho*, Maria Manuela Castro Costa Oliveira, todos eleitos na lista Independentes Por Fafe (IPF). Colocados a votação, foram aprovados por unanimidade. Solicitaram, ainda, a *substituição* pelos respetivos Secretários, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Arões St.a Cristina, Revelhe e Silvares S. Martinho e, pela Tesoureira, o Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos. -----

-----Apresentou a *renúncia* do mandato Belarmino Oliveira Costa, eleito na lista da Coligação “Juntos por Fafe”. -----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam nas respetivas listas, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de sessenta e sete Membros. -----

-----Posteriormente, pelo **Presidente da Mesa** foi lido o expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros da Assembleia Municipal para que, querendo, o consultassem. -----

-----De seguida, o Primeiro Secretário procedeu à leitura de uma proposta, apresentada pelo Grupo do CDS-PP, relativa a um voto de louvor e congratulação à Associação Desportiva de Fafe. -----

Não havendo intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade.** -----

-----Posteriormente, ainda pelo Primeiro Secretário, foi lida uma proposta, apresentada pelo Grupo do CDS-PP, relativa a um voto de louvor e congratulação ao Andebol Clube de Fafe. -----

Não havendo intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade.** -----

-----De seguida, o Primeiro Secretário procedeu à leitura de uma proposta de Voto de Protesto e oposição à Reforma do Novo Mapa Judiciário, em discussão pública, ou a qualquer outra Reorganização do Mapa Judiciário que retire competências ao Tribunal Judicial da Comarca de Fafe, apresentada pelo Grupo Partidário do PS. -----

-----Colocada a discussão, tomou a palavra **Diamantino Lopes**, Presidente da Junta de Freguesia de Moreira do Rei, que começou por afirmar que com a proposta da Reforma do Novo Mapa Judiciário se verificava o mau serviço que a Senhora Ministra da Justiça prestava à população. Fez uma análise sobre a Reforma, salientando que as medidas propostas indicavam o encerramento de cinquenta e quatro tribunais, no interior do País. -----

Afirmou, no entanto, que não eram apenas os municípios onde encerravam os tribunais que iam perder, mas também os municípios que não eram capitais de distrito, alertando para essa situação. -----

Terminou a sua intervenção salientando a inatividade dos eleitos sobre o assunto. -----

-----De seguida usou da palavra **José Augusto Sousa**, eleito pelo PSD, que iniciou a sua intervenção afirmando que, na essência, concordava com a proposta apresentada, no entanto discordava da forma como estava formulada, porque já admitiam que o tribunal seria para fechar. -----

Salientou que a reforma já vinha de anteriores governos e que fazia parte do memorando da troika, concretamente, sobre a racionalização de meios. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Miguel Summavielle**, eleito pelos IPF, para perguntar se, no seguimento daquilo que tinha sugerido na última sessão,

podiam subscrever a presente proposta, afirmando que gostariam de o fazer e que concordavam com o proposto. -----

Registou a atenção e agradeceu a colaboração do Presidente da Junta de Moreira do Rei pelo conhecimento que tinha sobre o assunto, inerente da profissão que exercia na área da justiça, que possibilitava, de uma forma sustentada, argumentar aquilo que era proposto pela Senhora Ministra da Justiça. -----

Registou o reparo efetuado pelo Senhor Presidente da Junta de Moreira do Rei ao Presidente da Câmara de Fafe sobre a participação dos eleitos.-----

Registou, igualmente, a posição do Grupo Social Democrata que fazia lembrar a posição do PS aquando do início das notícias do encerramento do hospital de Fafe.-----

-----Posteriormente, tomou a palavra **José Augusto Rodrigues**, do PSD, para tecer alguns comentários, afirmando que era natural que quando tiravam serviços de proximidade a população ficava zangada, mencionando que para uma maior comodidade pessoal era ter o maior número de serviços de proximidade. Salientou que a postura dos anteriores Governos do PS tinha levado a que as coisas tivessem que ser racionalizadas, obrigando à tomada de opções. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Moreira do Rei, afirmou que a justiça era cega e surda, mencionando que tanto se fazia no concelho de Fafe como no concelho de Guimarães.-----

Afirmou que a justiça era um serviço que deveriam manter, porém se assim não fosse e não pudesse ser, deveriam aguardar que, no futuro, as coisas melhorassem. -----

-----Seguidamente, interveio **Raul Rebelo Cunha**, eleito pelo PS, que iniciou a sua intervenção fazendo uma análise à situação económico-financeira do País.-----

Teceu comentários sobre a matéria em análise, salientando a necessidade do governo começar a assumir responsabilidades.-----

-----Seguidamente, usou da palavra **José Ribeiro Cardoso**, do CDS/PP, afirmando que o CDS ia acompanhar a proposta apresentada, porque o que contava era o tribunal judicial de Fafe, lamentado que a Assembleia não tenha lutado mais no que concernia ao hospital.-----

Mencionou que era tenebroso para Fafe que toda a matéria processual que movimentava muita gente saísse de Fafe, afirmando que era um esvaziamento para a cidade. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Jorge Adélio Costa**, do PSD, para mencionar que não via no Voto de Protesto uma genuidade efetiva, mas uma ferramenta de arremesso político. Pegando nas palavras do Membro do PS, afirmou que era uma questão de dose e que comparativamente com a questão do hospital a dose não era a mesma. Afirmou que o empenho e determinação do PS pelas causas de Fafe não eram as mesmas. Terminou, afirmando que os políticos eleitos pelo PSD não estavam ao serviço do partido, mas da população, ao contrário do que se passava com os do PS. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Moreira do Rei** para esclarecer que o memorando da troika apenas referenciava que a justiça fosse “mais célere”, afirmando, ainda, que os maiores atrasos se verificavam nos grandes centros e não nos pequenos, onde os tribunais estavam em dia e eram os que iam encerrar. Afirmou que a troika não mandava encerrar tribunais, mas sim abreviar os processos de execução e de falência. -----

Terminou a sua intervenção, mencionando que não era dessa forma que o País poupava. -----

-----Não havendo mais intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com cinco abstenções.** -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para informar a Assembleia que os representantes do projeto denominado de “Flauta Partida” tinham solicitado autorização para estarem presentes na sessão da Assembleia, para agradecerem aos Presidentes de Junta a colaboração dada no projeto “De Mãos Dadas Por Moçambique”. Explicou que não tinha dado resposta porque pretendia consultar a Assembleia Municipal sobre o momento próprio para a apresentação. Nesses termos propôs que a referida apresentação fosse efetuada nos quinze minutos que antecediam o início da Assembleia Municipal de setembro. -----

De seguida, mencionou que, na sequência da publicação da Lei vinte e dois de dois mil e doze - Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica e, atendendo a que a Assembleia não tinha uma Comissão

permanente, se deveria ativar e constituir a Comissão aprovada através da proposta apresentada pelo CDS-PP, na sessão realizada em trinta de Setembro de dois mil e onze, com o objetivo de acompanhar essa matéria e procurar uma proposta comum, ficando a coordenação dos trabalhos a cargo da Mesa da Assembleia. -----

Atendendo à dúvidas colocadas pela Assembleia sobre a quem competia a pronúncia sobre a matéria, propôs que fossem remetidas para a referida Comissão.-----

-----Tomou a palavra **Américo Castro**, eleito pela CDU, para questionar sobre a legalidade da comissão, lembrando a intenção do proponente da proposta em a retirar, tendo imediatamente sido esclarecido que a referida proposta já tinha sido votada, logo a competência da a retirar era da Assembleia.-----

Afirmou também que a lei em apreço era uma trapalhada e que a pretensão do Governo era passar responsabilidades para as Assembleias e Câmara. -----

Salientou a sua posição contra a Reforma Administrativa e mencionou que o trabalho que a Comissão ia ter, seria tempo perdido porque não ia ser valorizado. -----

-----Retomou a palavra o **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** que, depois de consultar a Assembleia e tendo esta aceite unanimemente, ativou a criação de um grupo de trabalho para proceder à apreciação do que decorria da Lei, composto por um elemento de cada partido, ficando a coordenação dos trabalhos a cargo da Mesa da Assembleia Municipal. Solicitou, ainda, que os Partidos nomeassem o elemento que ia integrar a Comissão, comunicando aos serviços até à quarta-feira seguinte à presente sessão. -----

Passou-se, de seguida, ao período de intervenções. Foi dada a palavra a **Miguel Summavielle**, eleito na lista dos Independentes Por Fafe, para relembrar o Presidente da Mesa sobre falta de resposta aos requerimentos apresentados sobre o agendamento das sessões ordinárias e sobre o plano e orçamento para dois mil e doze e relatório e contas do ano de dois mil e onze da Naturfafé.-----

Perguntou, ainda, se havia mais algum esclarecimento relativamente ao requerimento apresentado e que envolvia a Junta de Freguesia de Fafe. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara e referindo-se à questão da cedência dos edifícios escolares da cidade de Fafe, mencionou que não foi dada resposta à questão principal, concretamente, se o Executivo iria ceder os ditos edifícios a Juntas de Freguesia ou a coletividades locais que a tal se candidatassem, desde que apresentassem projeto de ocupação válido, pelo um valor simbólico de quinhentos euros. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para esclarecer que marcava as sessões em datas praticamente iguais, concretamente, nas datas previstas na lei, no último fim de semana do mês. -----

Quanto ao requerimento sobre a Naturfafe afirmou que tinha solicitado a informação, no entanto ainda não tinha obtido a resposta. -----

Informou, ainda, que sobre o requerimento relativo à deliberação da Junta de Freguesia de Fafe, já tinha a resposta da Junta e aguardava a resposta da Câmara, mencionando que, logo que a tivesse a remeteria. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Filipe Antunes**, eleito na lista IPF, para registar a delapidação do património natural, concretamente, o abate de árvores efetuado na cidade. -----

Criticou, ainda, a remoção de árvores para a colocação dos ecrãs gigantes. ----  
Comentou, também, o abate de árvores efetuado no Parque Porto Seguro, questionando sobre o motivo e sobre o destino dos troncos. -----

-----Posteriormente usou da palavra **José Ribeiro Cardoso**, do CDS-PP, para questionar sobre o ponto de situação do “velho” assunto Royal Center. Atendendo a que a situação era intolerável, questionou se havia solução urgente. Questionou ainda se continuavam no mesmo impasse quanto aos projetos urbanísticos para o local. -----

Quanto ao Monumento à Justiça de Fafe, referenciou a pertinência da audiência pública, salientando, no entanto, que deveria ter sido limitada à localização, nomeadamente, se deveria ou não ser deslocado. Recomendou que na análise das respostas, a Câmara verificasse qual a opção mais defendida, se era a deslocação do monumento ou a sua manutenção no mesmo local. -----

Comentou a formação dos mega-agrupamentos, mencionando que a nova figura os deixava apreensivos, dando conta da posição dos professores que, na maioria, eram contra e também porque se verificava que com esse modelo

havia um rácio economicista. Mencionou que havia concelhos maiores que não enveredaram por essa linha – Braga e Guimarães – e lembrou a responsabilidade da Assembleia sobre o assunto. -----

Terminou indagando o Presidente da Câmara se não temia que a questão da verticalização da gestão dos agrupamentos provocasse o abandono escolar e a perda de qualidade do serviço público de educação. -----

-----De seguida interveio **José Augusto Rodrigues**, do PSD, para questionar o Presidente da Câmara sobre a Avenida do Brasil, concretamente se iria ser requalificada. -----

-----Teceu comentários sobre a insegurança que se verificava nas passagens de peões naquele local, apelando para a resolução do problema.-----

-----Posteriormente, usou da palavra **José Augusto Sousa**, do PSD, para, relativamente ao monumento da Justiça e atendendo à existência de diversas opiniões quanto à sua localização, propor que a Assembleia Municipal aprovasse um referendo local para decidir essa questão. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados:-----

- Esclareceu que, no Confurco, tinha sido efetuada uma plantação de uma árvore por habitação.-----

- Informou que no Parque Porto Seguro tinham efetuado um “abate sanitário” para aliviar uma linha de alta tensão que passava no parque e também para permitir, no futuro, a existência de outras espécies, esclarecendo que no Outono iriam fazer replantação mais ordenada. -----

Quanto ao destino da lenha esclareceu que teve o procedimento usual, ou seja, entregaram a lenha a quem tinha efetuado o trabalho.-----

- Quanto ao Royal Center, mencionou que a limpeza que tinha sido objeto de notificação por parte da Câmara, tinha sido efetuada. Afirmou que iriam verificar sobre a necessidade de nova limpeza. Esclareceu que não havia qualquer projeto para o local e iriam fazer pressão no sentido de que a empresa proprietária apresentasse alguma ideia. -----

- Sobre o Monumento à Justiça de Fafe afirmou que estava tudo em aberto, exceto a descaracterização do símbolo. Explicou que depois de terminar o prazo de consulta pública iriam fazer uma síntese das opiniões e tomariam uma decisão que seria pública. -----

- Sobre os mega-agrupamentos afirmou que concordava que se juntasse a gestão das escolas e não lhe parecia haver os perigos referenciados. Mencionou, ainda, que não era a grandeza ou pequenez das instituições que dava ou tirava qualidade. Afirmou que o que dava qualidade era a qualidade das lideranças e de quem trabalhava. -----

Quanto ao processo afirmou que tanto o que resultava da lei quanto da vontade expressa do Ministério, era um processo para ser implementado em todo o país. -----

Afirmou que o que tinha sido feito em Fafe respeitava os interesses do concelho. -----

- Terminou, mencionando que a requalificação da Avenida do Brasil não ia ser efetuada no presente mandato. Quanto às passagens naquele local e a perigo que representavam, afirmou que grande parte da solução se prendia com o respeito das regras quer dos peões quer dos condutores -----

-----Seguidamente, foi dada a palavra a **Miguel Summavielle**, para afirmar que de facto tinham abatido uma árvore e um arbusto para a colocação do placard informativo e, pelos vistos, sem o conhecimento do Presidente da Câmara. Reforçou, ainda, o pedido de resposta sobre as condições de cedência de edifícios escolares da cidade. -----

-----Retomou a palavra o **Presidente da Câmara** para reiterar a resposta dada anteriormente sobre a cedência dos edifícios escolares e sobre a situação especial de Fafe. Mencionou ainda que se a Junta de Fafe apresentasse uma candidatura a analisariam nos termos do mesmo princípio. -----

----- Não havendo mais intervenções, entrou-se no período da Ordem do Dia - **Ponto Dois Ponto Um: *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal.***-----

-----Tomou a palavra **Américo Castro**, da CDU, para demonstrar a sua preocupação com a informação financeira relativa à baixa execução do Orçamento e da parte da despesa, mencionando que estavam muita aquém do previsto.-----

-----Seguidamente, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar que a execução global rondava os oitenta por cento. -----

Esclareceu que a execução de capital, quer do lado da receita quer da despesa, estava muito relacionada com fundos comunitários e QREN que, como estava parado há um ano, não havia pagamentos de despesa. -----

Confirmou, ainda, a existência de um atraso no lançamento das obras devido a atrasos nos Vistos do Tribunal de Contas, explicando com casos concretos.-----

Não havendo mais intervenções, passou-se ao **Ponto Dois Ponto Dois – Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa à 4ª Modificação aos documentos previsionais – 2012 – Alteração ao Orçamento, PPI e PAM – 1.ª Revisão**. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar o teor da proposta distribuída pelos Membros da Assembleia Municipal.-----

-----Foi dada a palavra a **Manuel Fernando Alves**, dos IPF, que começou por mencionar que o princípio da proposta se enquadrava na visão que o Grupo Independentes Por Fafe tinha sobre as verbas que deveriam ser distribuídas para entidades sem fins lucrativos, pelo que lhes parecia oportuno o benefício concedido à delegação da Cruz Vermelha de Fafe. Contudo alertou para o facto desse investimento representar um desinvestimento na educação, concretamente com a diminuição no investimento a realizar com a construção do Centro Educativo Montelongo. -----

Terminou questionando sobre a localização do edifício. -----

-----Retomou a palavra o **Presidente da Câmara** para prestar informação sobre a localização do edifício. Salientou ainda que o investimento não implicava nenhum desinvestimento na educação, mas sim uma descativação da verba do Centro Educativo Montelongo, explicando que no ano de dois mil e doze não iam gastar a verba prevista para o Centro Educativo Montelongo, atendendo ao atraso existente com a candidatura da obra ao QREN e que só depois da aprovação da candidatura poderiam avançar com a obra. -----

Não havendo mais intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade**. -----

Seguidamente, passou-se para o **ponto dois ponto três – Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa à Monitorização da Carta Educativa**. Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar o teor da proposta. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Américo Castro**, da CDU, para, relativamente à construção da nova escola secundária e reportando-se ao

ponto um da carta educativa, perguntar se estavam apenas a aguardar decisão do Ministério, solicitando, ainda, informação sobre o ponto de situação do processo e questionando se a Câmara tinha efetuado diligências no sentido de o agilizar.-----

Referenciando o ponto dois do documento em análise salientou a sua preocupação pelo facto de se colocar na mesma escola alunos com idades tão diferentes, estranhando a aprovação do documento, por unanimidade, por parte do Conselho Municipal de Educação.-----

Terminou referindo que o documento era demasiado otimista e como a CDU votava com realismo e não com otimismo infundado, não iam aprovar a presente proposta. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Miguel Summavielle** para fazer uma análise do documento, mencionando que ficou a perceber que não havia certezas quanto à construção da nova escola secundária, mantendo-se na Carta Educativa a observação de que dependia de decisão. -----

Indagou o Presidente da Câmara sobre se conduziria o processo da mesma forma sabendo o que sabia atualmente, se teria feito o mesmo investimento, isto porque, na realidade, o Município teria que construir novas infraestruturas, quando tinha edifícios de escolas primárias que ia ceder, por quinhentos euros, para outras instituições. Perguntou se não teria sido melhor investir nas infraestruturas existentes. Questionou, ainda, se todo o investimento não foi efetuado na expectativa da construção da nova escola secundária e se valia a pena manter a expectativa, acreditar no que poderia acontecer. -----

-----Posteriormente, interveio **Raul Rebelo Cunha**, do PS, mencionado que a construção da nova escola secundária tinha sido adjudicada e que a nova decisão estava relacionada com a decisão do atual Governo em reavaliar a Parque Escolar. -----

-----Seguidamente, usou da palavra o **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados. Voltou a esclarecer que tinha efetuado um contacto com a Secretaria de Estado no sentido de perceberem a pretensão do Ministério relativamente à Escola Secundária, mencionando que as informações que tinha era de que a Parque Escolar estava em processo de reavaliação. Afirmou que o Ministério continuava a defender uma nova escola secundária para Fafe. Informou, ainda, que lhe disseram que depois da

reavaliação iriam ter nova reunião com a Secretaria de Estado que os informaria do novo calendário para a sua construção.-----

Afirmou que tinha dúvidas quanto ao calendário, contudo não tinha dúvidas quanto à sua construção.-----

Afirmou que, atendendo à reformulação do QREN, estava apreensivo quanto às verbas.-----

Prestou esclarecimentos sobre o teor da Carta Educativa. -----

-----Tomou a palavra **Miguel Summavielle** que, dirigindo-se a Raul Rebelo Cunha, afirmou que o Presidente da Câmara tinha acabado de lhe responder, concretamente que tinha mais dúvidas do que aquilo que ele tinha dito.-----

-----Seguidamente usou da palavra **Américo Castro** para afirmar que, depois de ler a proposta, se verificava que tinha havido precipitação no passado quando se tinha avançado sem terem condições de alojamento das crianças nas escolas.-----

Não havendo mais intervenções, **foi colocado a votação, sendo aprovado, por maioria, com uma abstenção e um voto contra.**-----

-----Passou-se ao **ponto dois ponto quatro – *Apreciação e votação da Proposta da Câmara relativa às Atividades de Enriquecimento Curricular.***-

Tomou a palavra o Presidente da Câmara para apresentar a proposta.-----

Não havendo intervenções, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade.**-----

Seguidamente, passou-se ao **ponto dois ponto cinco – *Apreciação e votação da proposta apresentada por Miguel Summavielle, do grupo Independentes Por Fafe, de um voto de recomendação para que o Município fosse mais rigoroso no tipo de contratação de Ajuste Direto.***-----

-----Foi dada a palavra a **Raul Rebelo Cunha**, do PS, para mencionar que era importante que a Câmara se pronunciasse sobre o assunto.-----

Afirmou, ainda, que a Câmara tinha demonstrado rigor na gestão dos recursos públicos, logo iriam votar contra.-----

-----O **Presidente da Mesa** deu conta da existência de uma resposta da Câmara, passando-se à sua distribuição para um melhor esclarecimento da Assembleia sobre a matéria.-----

-----Tomou a palavra **Filipe Antunes**, eleito na lista IPF, para dizer que a distribuição do citado documento não valia a pena, uma vez que o sentido de voto do PS já era conhecido.-----

-----Usou da palavra **Miguel Summavielle** para dizer que tinha ficado surpreendido pelo facto da Mesa ter solicitado esclarecimentos à Câmara. Independentemente disso e dirigindo-se a Raul Rebelo Cunha, esclareceu que os dados constantes do documento tinham sido retirados do relatório de contas da Câmara.-----

-----O **Presidente da Mesa** tomou a palavra para esclarecer que na última sessão tinha despachado o documento à Câmara para esta se pronunciar no sentido de ficarem mais esclarecidos sobre o assunto.-----

-----Retomou a palavra **Raul Rebelo Cunha** que lendo excertos da ata da sessão anterior, lembrou a sua intervenção sobre o assunto, concretamente sobre a sua proposta de pedir esclarecimentos à Câmara.-----

-----Retomou a palavra **Filipe Antunes** para afirmar que Raul Rebelo Cunha, antes de tomar conhecimento dos esclarecimentos da Câmara, deu conta do sentido de voto do PS, partindo do princípio que não precisavam do esclarecimento para votar contra.-----

-----Posteriormente, interveio **José Augusto Sousa**, do PSD para afirmar que o PSD se iria abster, mencionando que não percebia a proposta de recomendação e demonstrou a sua surpresa com o facto do PS desconfiar do Executivo, caso contrário não precisaria de esclarecimentos. Afirmou, ainda, que era obrigação do Executivo desempenhar as suas funções.-----

-----De seguida, foi dada a palavra a **Miguel Summavielle** para comentar os esclarecimentos prestados pela Câmara e afirmar que tinha cabimento que a proposta fosse apresentada, afirmando que, perante as duas versões distintas apresentadas – a proposta de recomendação e os esclarecimentos prestados pela Câmara – os membros podiam acreditar em quem quisessem.-----

-----Voltou a intervir **Raul Rebelo Cunha** para afirmar que quando informou o sentido de voto o PS estava esclarecido, uma vez que durante o período decorrido esclareceram-se sobre o assunto.-----

Salientou, contudo, a importância da Assembleia Municipal ficar esclarecida.----  
Não havendo mais intervenções, **foi colocada a votação, sendo rejeitada, por maioria, com oito abstenções e dez a favor.**

Seguidamente e conforme o proposto, passou-se ao **ponto dois ponto seis – Designação, por eleição, de três representantes da Assembleia Municipal para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Fafe.**-----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para apresentar as listas para votação:-----

A **Lista A**, que propunha os Membros: Diamantino Lopes, Paula Rocha e José Manuel Ribeiro Cardoso.-----

A **Lista B**, que propunha os Membros: Cristina Pinho de Sousa, Leonor Castro e Filipe Antunes. -----

-----**Procedeu-se à votação, por escrutínio secreto**, obtendo-se a seguinte votação: **Lista A trinta e sete votos, lista B quinze votos e cinco votos brancos**. Foram eleitos os Membros da Lista A: Diamantino Lopes, Paula Rocha e José Manuel Ribeiro Cardoso.-----

-----Terminada a ordem de trabalhos, o **Presidente da Mesa** deu a palavra ao público. Não havendo intervenções, perguntou se alguém pretendia fazer alguma observação ou alteração à ata da sessão anterior. Não havendo, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade.** -----

Posteriormente, pela Segunda Secretária, foi lida a minuta da ata da presente sessão. **Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram zero horas e trinta minutos.-----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.---